

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

MARIA APARECIDA FRANÇA

**ÉTICA PRÁTICA, REGRA DE OURO E ,A QUESTÃO DA DISCRIMINAÇÃO
RACIAL DOS AFRODESCENDENTES.**

UBERLÂNDIA

2017

MARIA APARECIDA FRANÇA

ÉTICA PRÁTICA, REGRA DE OURO E, A QUESTÃO DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL
DOS AFRODESCENDENTES.

Trabalho de Conclusão de curso apresentado à
coordenação da Graduação em Filosofia, do
Instituto de Filosofia da Universidade Federal
de Uberlândia, como requisito parcial para a
obtenção do título de Bacharel e Licenciada
em Filosofia.

UBERLÂNDIA

2017

RESUMO

Este estudo tem como foco introduzir um debate lógico-teórico sobre a discriminação racial dos afrodescendentes sob os diferentes aspectos em que se apresenta na civilização humana. A importância desta discussão no mundo acadêmico mostra-se cada vez mais urgente, haja vista os conflitos sociais que o comportamento racista tem deixado nos vários cenários em que ele insiste em se manifestar, deixando suas vítimas em desigualdade de oportunidades de acesso ao bem-estar. Esse processo causa dor e tem como consequência questionamentos sobre por que o homem age assim, suas motivações e, principalmente, muitas tentativas de acabar com essa problemática. A Ética Prática pode e deve ser analisada neste viés, pois o que se promove é uma ideia, uma sugestão de ver o ser humano como alguém que pensa racionalmente, que pode ter suas escolhas e ações questionadas, sugerindo que estas podem ser direcionadas para abranger a necessidade de evitar ou diminuir a dor, proporcionar maior qualidade de vida e felicidade a todos. A aceitação de que a racionalidade é um quesito inerente ao homem, a universalidade de que todos não querem sentir dor e a preexistência do racismo em nossa sociedade são pontos básicos para se iniciar este debate ético filosófico.

Palavras-chave: Discriminação Racial. Ética Prática. Dor. Afrodescendentes. Racional.

ABSTRACT

This study aims to introduce a logical theoretical debate on the racial discrimination of Afro-descendants in its different aspects in which it presents itself in human civilization. The importance of this discussion in the academic world is increasingly urgent given the social conflicts that this racist behavior has left in the various scenarios in which it insists on manifesting, leaving its victims in inequalities of opportunity to access to well-being, causing ache, questions about why man acts like this, his motivations and, mainly, many attempts to end this problem. Practical Ethics can and should be analyzed in this bias, because what is promoted is an idea, a suggestion to see the human being as a rational thinker, who may have his choices and actions questioned, suggesting that these can be Directed to cover the need to avoid or reduce pain, to provide greater quality of life and happiness for all. The acceptance that rationality is an inherent aspect of man, and the universality that everyone does not want to feel pain, racism preexists in our society, are basic requirements to start this philosophical ethical debate.

Keywords: Racial Discrimination. Ethics Practice. Pain. Afro-descendants. Rational.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades e chegar ao final do curso.

Ao Instituto de Filosofia desta Universidade, seu corpo docente, direção e administração, que oportunizaram a possibilidade de estar defendendo esta temática sobre discriminação racial no meu TCC, a total confiança e princípios éticos aqui sempre presentes.

Ao meu orientador Prof. Dr. Eduardo Alcino Bonella, pelo suporte e respeito ao meu pensamento independente, pelas suas correções e incentivos; sua boa vontade e interesse em colaborar com seu conhecimento em prol da luta contra a discriminação racial dos afrodescendentes.

À Mestra Vanilda Honória Dos Santos, por seu incentivo nos momentos em que pensava em desistir, por sua garra de pesquisadora, militante e mulher negra como pedra fundamental de novas políticas antirracistas que se vislumbram na comunidade acadêmica.

Ao meu filho Joaquim Pedro França Simão, por seu apoio nas horas mais difíceis, seu discernimento sempre racional, mostrando-me as possibilidades e caminhos possíveis a que eu poderia chegar.

À minha mãe Joana Maria De Jesus, que sempre me mostrou que o conhecimento nos tira da cegueira social. Segundo ela, estudar é ainda o melhor método de protesto contra as injustiças sociais que nos cercam. Obrigada por aqueles meus livros comprados com muito suor do labor de uma cútis negra ao sol, eles me iniciaram desde criança num questionamento sobre o racismo...

E a todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte da minha formação, aos guerreiros dos quilombos, aos pesquisadores, militantes de hoje e ontem, o meu obrigada.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	66
1 ALGUNS PONTOS DA ÉTICA PRÁTICA.....	109
2 DISCRIMINAÇÃO E COTAS RACIAIS	1716
3 ÉTICA E DISCRIMINAÇÃO RACIAL.....	2726
4 CONCLUSÃO.....	3231
REFERÊNCIAS	3635

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho de conclusão de curso é introduzir um debate sobre as conexões entre os estudos da Ética e a problemática da discriminação racial dos afrodescendentes. A discussão filosófica é centrada na questão da essência ética ou racional de cada um, refletindo que a Ética Prática define entre outras coisas um ato como anti ético, se este causa dor e sofrimento, analisaremos o modo de agir e pensar dos racistas, e as implicações e transtornos que atitudes discriminatórias podem causar, entre elas dor e sofrimento às vítimas. Além disso, consideram-se essas consequências como incidentes, também, no próprio algoz ao se colocar em evidência a questão das implicações destes atos, que podem resultar em algumas sanções jurídicas ou morais em certas ocasiões e grupos sociais. Ultimamente na nossa sociedade o debate está muito acirrado no que se refere ao racismo, mas pensar o ato em si, requer estudar o objeto causador, ou seja o algoz, quem participa direta praticando o ato, ou indiretamente quando se calam. O silêncio é amigo da perpetuação do sistema racista!

Refiro-me a um grupo de pessoas que está debatendo estratégias e táticas não só para minimizar o sofrimento alheio, mas fundamentalmente para preveni-lo. [...] Devemos expor as consequências do que as pessoas deixam de fazer, seja por apatia, egoísmo ou ignorância (SINGER, 2013).

O racismo é uma problemática social que afeta, de uma forma ou de outra, a todos devido a inúmeras implicações que são atribuídas às vítimas e agressores. Não se pode furtar à constatação de que milhares de pessoas afrodescendentes, de vários níveis econômicos e culturais, são vítimas, no mundo inteiro, do malfadado racismo, e, conjuntamente a isso, dobram-se as perdas sociais que envolvem este tão estranho comportamento.

A filosofia não poderia ficar omissa em relação a esta problemática, sendo assim, a investigação filosófica deste trabalho se propõe a sugerir uma explicação sobre esse fenômeno. Um Trabalho de Conclusão de Curso de Filosofia, em uma universidade Federal, hipoteticamente deveria pautar-se em questões que colaborem para a compreensão dos conflitos externos e internos do ser humano, a essência do problema deve ser discutida nas academias, procurando sempre embasamento lógico e racional que leve a um melhor entendimento para reais aplicações de futuras soluções pacíficas e eficazes. A inteligência deve ser aplicada, portanto, para diminuir o sofrimento e aumentar o bem-estar humano.

O mapeamento do debate teórico parte da indagação sobre em que a Ética pode contribuir para a investigação filosófica acerca da problemática da discriminação racial. O

campo da Ética Prática, particularmente representado por Peter Singer, demonstra um vasto campo que possibilita pesquisar sobre o assunto em tela.

Para serem eticamente defensáveis, é preciso demonstrar que os atos com base no interesse pessoal são compatíveis com princípios éticos de bases mais amplas, pois a noção de ética traz consigo a ideia de alguma coisa maior que o individual. Se vou defender a minha conduta em bases éticas, não posso demonstrar apenas os benefícios que ela me traz. Devo reportar-me a um público maior (SINGER, 2002, p. 28).

Algumas perguntas que ainda requerem uma resposta: um racista pode se autodenominar ético? Ainda devemos discutir sobre cotas raciais? O comportamento do racista é racional ou irracional? Se o homem é um ser racional, todo ato é racional, ou algum pode ser irracional? Como a filosofia, o estudo da Ética pode auxiliar na reflexão desses problemas sociais, apontando novas perspectivas para buscar soluções plausíveis de entendimento e viáveis, e essa será a constante via que trilharemos neste trabalho. Partindo dessas indagações, procura-se um entendimento sobre o ser humano racista e acerca do que o faz agir assim.

Este estudo não é direcionado exclusivamente para a população afrodescendente, mas, também, aos indivíduos de outras etnias que compartilham ou não da luta contra o racismo, sejam eles brancos, negros, amarelos ou indígenas. Alguns conceitos da ética podem, e muito, contribuir para elucidar um pouco sobre o racismo camuflado e o mito da democracia racial no Brasil ou no mundo.

Há os que se denominam especiais somente pela cor da pele, cor dos olhos, os superiores, aqueles que “imaginam” que sejam seres especiais na Terra, que sobrepujam em abundância todas as virtudes que possam ter o s negros. Ironicamente, pensam que os de pele alva, portanto, apresentam menos imperfeições, sejam físicas ou morais, do que os afrodescendentes ou afro-brasileiros¹.

A problemática se estende ao seguinte nível: quando se trata de qualidades, os racistas julgam-se superiores, e, quando é questão de defeitos, sejam de quaisquer tipos, creem

¹ Afrodescendente é aquele que descende de africano mundialmente falando, e afro-brasileiros são os descendentes de africano restritos ao Brasil. Em dezembro de 2013, a Assembleia Geral da ONU adotou, por consenso, uma resolução que cria a Década Internacional de afrodescendentes, denominada “Pessoas Afrodescendentes: reconhecimento, justiça e desenvolvimento”. A década será celebrada de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2024, com o objetivo de reforçar o combate ao preconceito, à intolerância, à xenofobia e ao racismo. Afro-brasileiro é descendente de africano que nasceu no Brasil. Estes termos mostraram ser os mais razoáveis a serem citados devido à complexidade de nomenclaturas em todo o mundo em relação aos negros africanos e à sua descendência.

piamente serem dotados de toda a proteção dos deuses no quesito de vícios e virtudes, sendo a primeira em menor número, e a segunda em maior proporção que os afrodescendentes.

Cabe destacar, aqui, que a problemática do racismo não é algo exclusivo aos afrodescendentes, mas que diz respeito a todos que se sintam incomodados com essa questão social. Alguns seres humanos podem ter elevadas e nobres ações, mas, infelizmente, outros podem ser vis e repugnantes e agirem discriminando racialmente as pessoas pela cor da pele menos branca. Um indivíduo que apresenta comportamento assim não é uma espécie humana exótica, não é uma exceção social, pois parece ser algo muito comum nos dias atuais, assim como foi no passado. Nesse sentido, tal fato deve ser estudado para serem combatidas essas ideias, pois, onde quer que seja o campo que elas nasçam, são ervas daninhas.

Considero que um tema ético importante é aquele que toda a pessoa que pensa um pouco tem de enfrentar. [...] Noutros casos, porém, os fatos são claros e aceites por ambas as partes; são as perspectivas éticas em confronto que dão origem ao desacordo quanto ao que se deve fazer. Nesse caso, o tipo de raciocínio e análise que os filósofos praticam pode, de fato, contribuir para esclarecer a questão (SINGER, 2002, p. 01).

O racismo não apenas mata, mas deixa morrer e faz matar. A ética que se fala aqui discutirá sobre as atitudes, modos e colocações em que o ser humano se posiciona frente a situações que envolvam discriminações raciais de afrodescendentes. O que deixamos de fazer para mudar esse comportamento interfere, talvez negativamente, em amplitudes igualitárias a posição explícita e declarada do racista.

Não podemos mais esperar placidamente por mudanças que nunca questionamos quando ela se mostra cruel e presente na nossa realidade. Por isso, a escola e a universidade devem valorizar atitudes antirracistas a fim de construir uma consciência que favoreça práticas de valorização da vida e dos Direitos Humanos. Assim, o antirracismo traduz-se em vários tipos de lutas. O recorte, aqui, atrela-se às variantes de coordenadas que, por meio da ética, podem levar a um caminho político de conhecer o problema para equacionar e tentar extirpar do meio social este deplorável comportamento.

A condição do estudo da Ética trata de refletir sobre as atitudes individuais que impactam no coletivo com o intuito de não cometer quaisquer tipos de violência que gerem prejuízos e dor aos outros e a si mesmo. O combate, aqui, ocorre no campo intelectual, em uma tentativa de demonstrar o quanto é imoral e daninho ser racista em pleno século XXI.

A tentativa de discorrer sobre o bem-viver, a paz entre as pessoas e nações é muito antiga, e imiscuir-se neste universo é necessário, haja vista como se procedem e persistem,

ainda, os conflitos raciais em níveis alarmantes, que nos fazem duvidar da racionalidade humana. A perspectiva é de que quem leia realmente tenha uma simbiose intelectual com o que está escrito, uma reflexão de nossas atitudes ou indiferenças que, propositalmente ou não, demonstramos na vida social quando somos questionados sobre as mazelas do racismo.

1 ALGUNS PONTOS DA ÉTICA PRÁTICA

Falar de ética tornou-se algo corriqueiro, presente nas situações cotidianas. Contudo, indaga-se sobre em qual comportamento moral a sociedade se pauta, ou, ainda, se seria plausível afirmar que isso é muito relativo ao mundo em que a pessoa vive, os seus relacionamentos interpessoais e os costumes atuais.

Para se evitar que caíamos em várias divagações sobre a conceituação da Ética, procuramos demonstrar que devemos pautar nossas escolhas em um princípio ético, mais ou menos universal, que seja aplicado em várias situações da vida, ou seja, uma ética que fale das relações diárias, aqui denominada por Singer de Ética Prática. “Este livro trata de ética prática, ou seja, da aplicação da ética ou da moral – usarei ambos os termos indiferentemente – a questões práticas, como o tratamento das minorias étnicas [...]” (SINGER, 2002, p. 09).

Notadamente, esta indistinção entre os termos Moral e Ética faz com que a reflexão lógica seja mais facilmente assimilada e mais bem compreendidas as questões filosóficas. O homem é um ser racional, deve questionar o seu modo de agir e o de seus semelhantes, pois, se podemos pensar em procurar coisas que nos faz bem, que nos proporcionam bem-estar, igualmente poderemos desejar que toda a sociedade esteja também no mesmo patamar de felicidade que almejamos a nós mesmos. Isso já foi ensinado paulatinamente por pensadores e religiosos da história humana.

A “regra de ouro” atribuída a Moisés, que se encontra no livro do Levítico e foi subsequentemente repetida por Jesus, diz que devemos ir para além do nosso interesse pessoal e “amar o nosso semelhante como a nós mesmos” ou, por outras palavras, atribuir aos interesses alheios a mesma importância que damos aos nossos (SINGER, 2002, p. 19).

Por esse motivo, muitos rejeitam a ideia de refletir, pois pensar autonomamente é difícil, sendo mais fácil seguir as cartilhas éticas que dizem imperativamente o que fazer para ser um cidadão ético. Sempre estamos debatendo assuntos polêmicos na vida, e resolvê-los exige de todos uma moral que respeite o direito ao bem-estar dos indivíduos.

Para se chegar a alguma decisão satisfatória, sempre tentamos encontrar uma resposta ao indagarmos se alguém pode determinar o que devemos fazer. Para cada caso em questão, temos de pensar na igual consideração de interesses, sendo nosso lado racional um bom conselheiro. Portanto, todos os envolvidos em um dilema moral precisam ser ouvidos ou

pensados, os benefícios e prejuízos que cada um terá com as atitudes que serão tomadas, e isso pode ser seguido em cada situação de uma forma diferente.

Nesse sentido, há necessidade de clareza nos juízos reflexivos: pensar e executar aquilo que beneficia a todos os envolvidos indistintamente. Isso é algo que demanda trabalho, muito esforço e, muitas vezes, nem todos são conscientes dos seus direitos e deveres. “Ninguém determina. Cada um de nós determina para si próprio. Devemos fazer isso pensando claramente sobre o que fazemos, nos perguntando, por exemplo, se gostaríamos que fizessem conosco o que fazemos com o outro (SINGER, 2013)”. O que muitos pensam é que, se não prejudicamos o outro, estamos sendo éticos. Todavia, se nos mantivermos neutros em uma situação de injustiça, por não ocorrer conosco o fato, e esquecermos que, em outro dia, podemos estar envolvidos em episódios semelhantes e tudo que desejemos será que alguém nos defenda, interceda por nós, que clame por respeito e tratamento igualitário, essa conduta será ética?

Não podemos deixar de lado as diferenças existentes entre os seres humanos, elas preexistem e continuarão existindo. Entretanto, isso não deve ser motivo para que sejam tratados desigualmente em seus direitos fundamentais como seres humanos, como o respeito à sua integridade física, seu bem-estar físico e mental, entre outros, que a sociedade, evoluindo, sistematicamente oferecerá aos seus cidadãos.

A igualdade é uma ideia moral, não é uma declaração de fatos. Não há nenhuma razão logicamente premente para se supor que uma diferença de aptidão factual entre duas pessoas justifique qualquer diferença que damos as suas necessidades e interesses. O princípio de igualdade entre os seres humanos não é uma descrição de uma suposta igualdade concreta entre os humanos: é uma prescrição de como deveríamos tratar os seres humanos (SINGER 2002, p. 50).

A Ética, aqui, diria respeito também sobre o que deixamos de fazer, e não somente sobre o que fazemos aos outros. De acordo com Singer, não podemos ter uma fórmula pronta com dizeres sobre como fazer ou não isso ou aquilo. Mas podemos discutir, estudar, problematizar o comportamento humano, tentar chegar a uma ideia de como devemos agir para sermos éticos enquanto seres racionais.

Não é porque um problema é polêmico que não possamos falar sobre ele, a Filosofia pode apontar um direcionamento em que se deva tentar entender esses e outros conflitos éticos.

Além disso, há uma velha abordagem da ética que pouco sofre com as complexidades que tornam as regras simples de difícil aplicação: a perspectiva consequencialista. Os consequencialistas não partem de regras morais, mas de objectivos. Avaliam as acções na medida em que favorecem esses objectivos. A teoria consequencialista mais conhecida, embora não sendo a única, é o utilitarismo. O utilitarismo clássico considera uma acção um bem quando esta produz um incremento igual ou maior da felicidade de todos os envolvidos relativamente a uma acção alternativa, e um mal se assim não acontecer. As consequências de uma acção variam de acordo com as circunstâncias em que é praticada. Daí que um utilitarista nunca possa ser acusado de falta de realismo nem de uma adopção rígida de ideais que desafiam a experiência prática. Para o utilitarista, mentir será um mal em algumas circunstâncias e um bem noutras, dependendo das consequências. Em terceiro lugar, a ética não é algo que apenas se torne inteligível no contexto da religião (SINGER, 2002, p. 11).

É possível que muitos não concordem com essas colocações, e diriam que quem tem Deus, quem segue esta ou determinada religião, tem todas as normas morais de que precisam, e pensar de outra forma seria pecado, heresia. Mas que seja colocado o debate no campo filosófico e valorize a origem da ética nas atitudes de benevolência e solidariedade para com os outros, que a maioria das pessoas possuem.

O livre pensamento lógico nos induz a questionarmos isso, sendo fato consumado que nem todos acreditam em Deus ou simplesmente não gostam de debater sobre essa questão. Como explicar que alguns cidadãos tenham, em seus preceitos religiosos, a recomendação de discriminar outros que não compactuam de sua crença? A ética tem de ser algo fora da religião para ser aceita por todos os que creem em religiões diferentes, ou até mesmo quem não professa nenhuma religião.

Sendo assim, o princípio de algo aceito por todos volta novamente ao debate. Não devemos ser bons por esperar alguma recompensa, mas para manter a harmonia entre os seres de uma sociedade racional, que é a nossa, e porque é o correto a se fazer. Neste ponto entra a Ética para tentar direccionar,impulsionar nossos atos inspirados no sujeito moral,para que todos tenham acesso ao bem estar,à felicidade.

Há uma longa tradição de pensamento que encontra a origem da ética nas atitudes de benevolência e solidariedade para com os outros que a maioria das pessoas possui. [...] Basta referir que a observação quotidiana dos nossos semelhantes mostra claramente que o comportamento ético não exige a crença no Céu e no Inferno (SINGER, 2002, p. 12).

Podemos perfeitamente tentar uma maneira de estudar padrões éticos para a vida prática que não se pautem em interesses de aprovações de crenças particulares. O desejo de

ter uma recompensa futura num céu não deve ser o norte primeiro de nossas atitudes, pois, dessa forma, quem não acredita em uma vida eterna estaria, intuitivamente, dispensado de assim o querer. “Um utilitarista de interesses considera imparcialmente os interesses de todos os envolvidos na ação, pacientes ou agentes morais. Interesses são quaisquer desejos que alguém tem ou possa vir a ter no futuro” (SINGER, 2002, p. 21).

Os atos dos integrantes de uma sociedade podem afetar a todos, e isso é algo mais que preocupante para se pensar numa maneira de resolver conflitos éticos, ou seja, o caminho melhor seria a educação, o estudo independente que leve a proposições realmente satisfatórias para ambos os lados. Não podemos afirmar que temos a solução, a discussão é muito polêmica para se reduzir a respostas imediatas; conjecturas devem ser analisadas e postas no crivo da razão.

À medida que questionamos as consequências de um ato, estamos caminhando para se chegar a um consenso que se aproxima realmente daquilo que tentamos conceituar como o agir moralmente.

A ética prática tem um âmbito vasto. Se tivermos atenção, encontraremos ramificações éticas na maior parte das nossas escolhas. Este livro não pretende abordar a área na sua totalidade. Os problemas de que trata foram escolhidos com base em dois critérios: a sua importância e a capacidade do raciocínio filosófico para contribuir para a sua discussão. Considero que um tema ético importante é aquele que toda a pessoa que pensa um pouco tem de enfrentar. [...] Noutros casos, porém, os fatos são claros e aceites por ambas as partes; são as perspectivas éticas em confronto que dão origem ao desacordo quanto ao que se deve fazer. Nesse caso, o tipo de raciocínio e análise que os filósofos praticam pode, de fato, contribuir para esclarecer a questão. Nos problemas abordados neste livro são os desacordos éticos, e não os factuais, que determinam as posições que as pessoas tomam. A contribuição potencial dos filósofos para a discussão dessas questões é, portanto, considerável (SINGER, 2002, p. 01).

O ser humano vive de acordo, primeiramente, com aquilo que lhe é ensinado por seus pais, pela escola, pela sociedade, mas ele, como sujeito autônomo e livre para pensar, pode questionar aquilo que lhe é imposto, tendo a opção de seguir com as mesmas atitudes dos antepassados ou contemporâneos, ou mudar seu padrão de atitudes.

O mundo se transforma juntamente com aquilo que acreditamos ser certo ou errado, e a razão assume aqui inexoravelmente um papel extraordinário de escolhas certas ou erradas, seja pelas crianças, seja pelos adultos. Desde tempos remotos, somos fadados a refletir sobre nossas ações, e isso tem um peso imenso na harmonia social. Para Hare, todos os humanos, se

acharem argumentos razoáveis e racionais que fundamentem suas atitudes, são passíveis de mudar seus padrões morais.

A educação moral de uma criança tem um efeito sobre ela que permanecerá em boa parte inalterado por qualquer coisa que lhe aconteça no futuro. Se teve uma criação estável, segundo bons ou maus princípios, será extremamente difícil para ela abandonar estes princípios mais tarde - difícil mas não impossível. Terão para ela a força de uma lei moral objetiva, e seu comportamento oferecerá muitos indícios em favor de teorias éticas intuicionistas, contanto que não seja comparado com o comportamento dos que adotam com igual firmeza princípios bem diferentes. Mas, não obstante, a menos que nossa educação tenha sido tão meticulosa a ponto de transformar-nos em autômatos, podemos vir a duvidar desses princípios ou mesmo rejeita-los, isso é o que torna os seres humanos, cujos sistemas morais modificam-se, diferentes das formigas, cujo “sistema moral” não muda (HARE, 1996, p. 77).

Não somos robôs programados para assumirmos uma postura que nos seja imposta por força da lei ou por regras morais, a menos que realmente isso faça sentido para nossas vidas. A educação seria muito mais eficiente, pois somente agimos de acordo com aquilo que acreditamos e, pesquisar, debater sobre a ética seria o ideal em nossos vários ambientes sociais que permeiam a existência da vida humana.

As sanções são efetivas em partes, mas poderiam ser feitas conjuntamente às leis, que são muito importantes punir os racistas, mas poderia ser mais efetivo à promoção, valorização e o entendimento maior dos valores morais que sejam aceitos universalmente. Os que burlam as leis reivindicam para si outro conceito de ética e, também, a inexistência dela, pois querem viver como se o mundo fosse exclusivamente deles, por isso surgem os conflitos e debates intensos sobre o que é moral ou imoral no agir humano.

Para outros diversos crimes e, não para racistas verificamos, na realidade, cadeias superlotadas por aqueles que infringem normas sociais e jurídicas, e nem mesmo a pena de morte convence sobre a mudança de padrão de comportamento, pois alguns tentam burlar essas normas ou não se importam com elas. Podemos fingir algo que não cremos ou aceitamos como verdade, mas, no íntimo, na primeira oportunidade, passamos a agir conforme nossa razão, se refletirmos, ou pela emoção, de acordo com aquilo que acreditamos ser o verdadeiro modo de agir, de viver. A cadeia não vai acabar com a discriminação racial no mundo, poderá inibir alguns, mas sempre terá outros que burlarão as leis antirracistas, assim como não cumprem outras leis também.

Como conciliar esses e outros posicionamentos frente ao modo de viver dos humanos tem sido a indagação de muitos pensadores no decorrer dos séculos. Por isso, a importância

do estudo da Ética, do uso racional de algum termo que abrange a todos, que seja aceito universalmente.

Os Estóicos defendiam que a ética decorre de uma lei natural universal. Kant desenvolveu esta ideia na sua famosa fórmula: “Age apenas segundo as máximas que possas ao mesmo tempo querer que se tornem leis universais.” A teoria de Kant, por sua vez, foi modificada e desenvolvida por R. M. Hare, que vê a universalizabilidade como uma característica lógica dos juízos morais. Hutcheson, Hume e Adam Smith, filósofos ingleses do século XVIII, apelaram para um “espectador imparcial” imaginário como pedra-de-toque do juízo moral; a sua versão moderna é a teoria do observador ideal. [...] Poderíamos argumentar interminavelmente sobre os méritos de cada uma destas caracterizações da ética; mas o que têm em comum é mais importante do que as suas diferenças. Todas concordam que não se pode justificar um princípio ético relativamente a qualquer grupo parcial ou local (SINGER, 2002, p. 19).

Realmente, as pesquisas demonstraram que, se quero falar de Discriminação Racial, eu tenho de falar de padrões éticos, discutir as atitudes do outro, e isso não é nada fácil, talvez até um tanto quanto antipático socialmente. Conquistamos muitos inimigos e, também, muitos amigos, aliados, mas as estruturas do sistema racista é assim. E, se quisermos realmente ser éticos, devemos seguir em frente falando, escrevendo sobre aquilo que pensamos ser o mais racional e correto de se fazer.

Escrever sobre aquilo que acreditamos é uma atitude ética também, observando que o seguimento deste propósito resulta em conhecimentos cada vez mais interessantes sobre os padrões de comportamento humano. Conforme Hare (1996, p. 03), podemos saber muito sobre uma pessoa observando as atitudes dela: “Se perguntássemos a uma pessoa ‘Quais são seus princípios morais?’, a maneira pela qual poderíamos ter mais certeza de uma resposta verdadeira seria estudando o que ela faz”. Isso denota a lógica de agir conforme ela raciocina, pois não servem nada os discursos éticos se, na vida prática, o discurso mostra-se antagônico, e nada do que é dito, falado ou escrito verifica-se nos feitos diários.

O que é a ética: uma perspectiva. O que se segue é um esboço de uma perspectiva da ética que concede à razão um papel importante nas decisões éticas. Não se trata da única perspectiva possível da ética, mas é uma perspectiva plausível (SINGER, 2002, p.16).

A ética prática chama todos à responsabilidade de refletir em suas tomadas de decisão, reafirmando que não detém a verdade sobre as coisas, mas que se nega a relegar a outro o que

é direito e dever de cada um: refletir, medir as consequências, ouvir, dialogar, tentar acordos éticos que beneficiem a todos.

Não podemos dispensar a razão, algo tão maravilhoso que temos, como um dos caminhos para questionar nosso modo de viver aqui neste planeta. Não estamos destituindo as emoções das tomadas de decisões, pois elas fazem parte da nossa natureza também, entretanto sentimentos podem ser avaliados à luz da razão ao se pensar em problemas que envolvam muita complexidade, como o racismo, por exemplo. Enquanto seres que possuem a capacidade de raciocínio, queremos conclamar outros que também são racionais ,a repensar sobre suas vidas, o que podem fazer ou deixar de fazer neste mundo onde muitos reclamam de falta de ética e que cada um faça a sua parte.

2 DISCRIMINAÇÃO E COTAS RACIAIS

A intuição diz que esse tema já foi muito falado em todos os lugares, mas refletindo sobre os questionamentos que as cotas raciais ainda provocam na sociedade, necessário se faz ainda muito se falar sobre elas. O racismo muda de lugar, de modos, estrutura-se conforme o sistema em que ele está inserido. A perniciosidade dessas atitudes continuam latentes e atuantes em nossa sociedade, com requintes de eloquência nas estruturas para despistar o fato em si.

Agora, ele se caracteriza essencialmente em depreciar o sentimento da vítima ou negar a existência, limitando-se a afirmar que é particularmente imaginação fértil da pessoa que denuncia o fato. Ora, como alguém pode querer mensurar, quantificar o que pode ser racismo, o que causa dor ao outro? Somente quem sente na pele a humilhação saberá dizer se foi ou não discriminação racial o que foi obrigado a vivenciar. No capítulo seguinte, "ÉTICA E DISCRIMINAÇÃO RACIAL", aprofundaremos mais estes conceitos.

Mesmo com a existência de leis, isso se perpetua indefinidamente. Dentre elas, lembramos uma que penaliza o racismo contra negros no Brasil: Lei nº 7.716/89. Há, também, normas que versam sobre a educação de história e cultura afro-brasileira como um caminho de combate ao racismo: Lei 10.639/03, alterada para Lei 11.645/08, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio.

A pena prevista para discriminação racial é de reclusão de 1 a 3 anos, além de multa, sendo o crime inafiançável. No que é relativo a essas leis, parece que vivemos uma anomia, em que a maioria se recusa a seguir essas normas, bem escritas na Constituição Brasileira, mas impraticáveis na maioria das vezes pelas instituições que deveriam zelar pelo seu fiel cumprimento.

As leis de combate ao racismo são lindas no papel e, bem grifada, mas, na prática, elas não são executadas na íntegra. Cito como exemplo a Lei 11.645/08, preconiza o ensino da História da cultura afro-brasileira e indígena, mas as escolas ignoram, o ministério público poderia manifestar quanto a isto em todo o território brasileiro. O que se constata é uma justiça majoritariamente representada por cidadãos brancos que, na maioria das vezes, cuida das denúncias de discriminação racial sem empatia pela dor ou, até mesmo, sem vontade de se fazer justiça nos casos que chegam aos tribunais. A ordem é colocar tudo como coisa de pouco caso, contribuindo para o racismo estrutural se perpetuar sempre mais.

Informações prestadas pelos Ministérios Públicos locais ao CNMP demonstram a flagrante ausência de representatividade negra na carreira. A título de ilustração, o Ministério Público do Rio de Janeiro declarou que, entre 910 promotores, apenas quatro são negros. O MP do Distrito Federal alegou ter dez negros entre seus 370 promotores. O MP de Minas Gerais afirmou possuir 87 promotores negros num universo de 1003. Chegando até mesmo ter locais onde não há nenhum promotor negro, como no caso do Rio Grande do Sul onde, de acordo com o declarado pelo MP-RS, não há nenhum promotor negro entre os seus 700 promotores (ANDRADE e CARVALHO, 2017).

Para as vítimas de racismo “que não veem a justiça operando quando denunciam”, o sentimento de não possuírem direitos de fato ou de os verem sendo desrespeitados, de parecerem desprezíveis e repugnantes, é realmente desesperador. Movem-se e falam, mas, quando falam, são como seres que ninguém vê ou escuta, distorcem os fatos reais numa tentativa torpe de atenuar a pena do agressor ou deixá-lo impune.

Essa situação se perpetua, agrava-se mais quando ocorre com os mais destituídos de posição social ou bens materiais, pois as portas se fecham quando eles tentam denunciar. Quando não se respeita uma pessoa em sua integridade emocional, intelectual e material, ela é excluída da sociedade pelos governos, pelas instituições, pelas famílias, pelas pessoas em geral.

Seja qual for a natureza do ser, o princípio de igualdade exige que o sofrimento seja levado em conta em termos de igualdade com o sofrimento semelhante - até onde possamos fazer comparações aproximadas - de qualquer outro ser. Quando um ser não for capaz de sofrer, nem de sentir alegria ou felicidade, não haverá nada a ser levado em consideração (SINGER, 2002, p. 67-68).

Alguns insistem em afirmar que a consciência de cor, da história da escravidão negra, fez nossa sociedade ser racista, mas param o discurso aí, não tendo a mínima vontade de refletir sobre as diferenças existentes entre nós e como isso interfere na forma em que somos recebidos socialmente. Mas uma verdade tiramos disso, somos realmente todos humanos, portanto seres capazes de raciocinar, e isso nos faz sermos responsáveis pelas nossas ações no mundo que nos cerca.

Ao debater as cotas para negros nas universidades, por exemplo, é preciso retornar ao Brasil colonial e perceber como o processo de escravidão criou desigualdades sociais que são presentes até hoje, mesmo após 127 anos da abolição da escravidão. A partir de dados estatísticos que demonstram a diferença entre negros nas universidades comparados com o percentual desta

população no total de brasileiros, o governo comprova a necessidade de criar uma política para compensar séculos de desigualdades (BRASIL, 2016).

Podemos discutir exaustivamente como a escravização dos negros deixou, e continua deixando, dor, sequelas por onde passou. Mas o que temos feito para minorar isso? As políticas antirracistas estão sendo bem recebidas pela nossa sociedade? O movimento afro-brasileiro ou afrodescendente efetivamente tem voz em todos os meios de comunicação e acadêmico? Os afrodescendentes tem voz no mundo quando reclamam seus direitos sendo desrespeitados?

As escolas, universidades e o poder judiciário realmente estão cumprindo a lei? As cotas raciais de acesso ao ensino universitário estão também nas pós-graduações ou doutorado, em todas as universidades? As cotas raciais também estão em todos os concursos públicos? A dor do racismo se traduz também na falta de oportunidades de acesso ao conhecimento, ao trabalho, à realização pessoal de cada um dos afrodescendentes.

No ponto que diz respeito ao fato de não haver justificção para não levarmos em consideração o sofrimento de outro ser, precisamos compreender que “a dor e o sofrimento são coisas más e, independentemente da raça, do sexo ou da espécie do ser que sofre, devem ser evitados ou mitigados (SINGER, 2002, p. 71).

A dor é igual em todos, seja em qualquer classe social, gênero, idade, ou nível de conhecimento que o racismo se manifeste, mas conhecer o problema nos faz termos mais embasamento e capacidade de lutar por mudanças significativas no que concerne à real implementação de políticas públicas de melhorias de condições de vida e de bem-estar da população negra.

Não realizaremos milagres, problemas que são seculares não podem ser solucionados assim tão rapidamente. Nem tudo será resolvido agora, mas chamaremos todos ao debate civilizado, para uma postura mais autêntica de reconhecimento do problema, e não sermos como as avestruzes, que simplesmente colocam a cabeça na areia para fugir daquilo que teme ou de que não gosta. A pertinência está em lutarmos juntos, os que estudam e os que não estudam, os movimentos populares e os da academia, os homens, as mulheres, as crianças, os brancos e não brancos e, qualquer outra categoria que não tenha sido mencionada aqui como ser pensante.

Costuma-se buscar a explicação dessa falha de consciência da discriminação racial na falta de instrução, ou seja, no bode expiatório cultural. Essa justificativa não convence, porque os seres humanos não precisam de

instrução para sentir dor, o menosprezo, a injustiça e a exclusão. Sem dúvida, um certo nível cultural é indispensável para abrir os horizontes e, se necessário, para articular o discurso interno em torno da questão; mas a falta de consciência não pode ser atribuída, absolutamente, à falta de instrução. A tendência em geral, mesmo do brasileiro esclarecido, é negar a discriminação (MUNANGA, 1996, p. 214).

Mas o que é esta mal falada cota racial, que apresenta inúmeras críticas dos que dela não compactuam, sejam brancos ou negros? Que repetem o discurso de que ela ofende mais do que beneficia, tentando expressar que o negro é inferior por precisar de cotas? Não se pode falar em nome de todos que se beneficiem da cota racial, o que se pode é constatar que a falta dela deixa as universidades esvaziadas de afrodescendentes, e casos de exceção não podem serem tomados como regra geral.

O que tem ela de antiética, ou polêmica, se são tão poucas as vagas em relação ao número de vagas que são ofertadas para os outros não negros? Os outros têm acesso a um maior número de vagas de ampla concorrência e às cotas destinadas a pessoas oriundas de escola pública independentemente de cor de pele.

Logicamente, não faz sentido o questionamento se pensarmos numa alegoria de alguém comendo um bolo enorme e não querer repartir o bolo com os “outros” igualmente, mas os “outros” reclamam e reivindicam alguma parte deste bolo, e, depois de muita fome e protestos, o bolo finalmente chega em forma de um pequeno e minúsculo pedacinho. E ainda assim é questionado seu direito de comer do bolo que é para todos. Os “outros” são os afrodescendentes, e o bolo enorme são todas as vagas de concursos, de acesso à universidade, a programas de pós-graduação, que não eram proporcionadas aos afrodescendentes.

Entretanto, mesmo sendo uma parte ínfima do bolo que é reservada, as cotas raciais sempre são questionadas, usam-se de várias falácias. Uma delas seria que somente as cotas sociais ajudariam a diminuir este distanciamento de uma camada da população em situação vulnerável de direitos à educação superior e ao emprego público. Todavia, esquecem, ou tentam disfarçar, os séculos de escravização no Brasil, nas Américas e no mundo, negam as sequelas que isso deixou na população afrodescendente em matéria de exclusão econômica, social e direitos fundamentais a uma vida digna. A escravização aqui é muito recente, abolição veio com a Lei Áurea, oficialmente Lei Imperial nº3.353, sancionada em 13 de maio de 1888; acabou há pouco mais de um século na teoria a escravização negra, mas, na prática, continua, mascarada pela falsa democracia racial. Somos diferentes em muitas coisas, mas somos iguais em direitos ao bem-estar.

Podemos admitir que os seres humanos diferem como indivíduos, mas que, apesar disso, não existem diferenças moralmente significativas entre as raças ou os sexos. Saber que alguém é de origem africana ou europeia, do sexo masculino ou feminino, não nos permite tirar conclusões sobre a sua inteligência, sentido de justiça, profundidade de sentimentos ou qualquer outra coisa que nos pudesse dar azo a tratá-la como menos do que igual. A pretensão racista de que os povos de ascendência europeia são superiores aos das restantes raças nestas capacidades é, neste sentido, falsa. As diferenças entre indivíduos não são delimitadas pelas fronteiras raciais (SINGER, 2002, p. 29).

Qual o sentimento de um estudante afrodescendente ao sentar num banco de uma universidade e, ao olhar para os lados, não ver alguém que tenha seu fenótipo representado ali, sua cor de pele, seus costumes, a história de seu povo ignorada, ou distorcida? Seria uma luta diária para manter interesse nas aulas, o ambiente sem representatividade quer mantê-los fora do ambiente acadêmico, como se fosse um recado, sem palavras, de que o lugar dele não é ali, seja como discente e, muito menos, como docente.

A fala aqui não é das particularidades, ou das exceções, pois sempre haverá um caso de alguém que lutou, sobressaiu e chegou aos seus objetivos, mas, de maneira geral, das multidões de excluídos gerados pela escravização da população africana. Eles não deveriam ser obrigados a viver no ápice das lutas diárias, enfrentando todo tipo de opressão racista, não é justo este discurso obrigatório de ser herói, de superação que o afrodescendente sempre está sendo forçado a assumir. Podemos conquistar nosso lugar na sociedade com mais tranquilidade e respeito.

Entretanto, são conhecidas as dores que este “sobrevivente” do racismo teve que enfrentar, e isso deveria ser repudiado na nossa sociedade, que se diz democrática e livre. As oportunidades não são iguais entre os menos privilegiados econômica e socialmente, pois ser branco já coloca a pessoa em mais vantagens em todos os setores desta sociedade racista.

Portanto, é necessário ter as cotas até que essas diferenças se dissipem, ou, pelo menos, atenuem no decorrer das futuras gerações. O primeiro passo seria entender melhor o conceito de políticas afirmativas para, daí, passar, então, a questionar, ou aceitar, mais racionalmente essa medida adotada pelo governo por pressão dos movimentos negros e sociais em geral.

Tudo isso são conquistas árduas de muitos que não se calam frente às investidas do racismo estrutural, que não cessa, apenas se transfigura para deixar transparecer que isso é o que deve ser em todos os tempos. Mudanças favoráveis aos afrodescendentes caminham a passos lentos e correm o risco de sofrer retrocessos, perdendo até mesmo o já conquistado se

não houver união e resistência rotineiramente dos vários movimentos afrodescendentes e afro-brasileiros.

Marilena Chauí alerta para isso, e afirma que o Estado só age por pressão das associações que visam a defender seus respectivos direitos. Esses grupos de pressão não podem dormir, devem sempre estar vigilantes.

Mas a ação do Estado só pode ir até esse ponto. O restante, para construção de uma sociedade democrática, igualitária e sem racismo só pode ser a praxis dos movimentos sociais e populares organizados como sujeito de sua ação, isto é, como autênticos representantes de suas demandas, reivindicações e direitos (CHAUÍ, 2013).

Conforme Guimarães (2008), as ações afirmativas têm um sentido muito amplo, e o seu foco é auxiliar grupos marginalizados a ter mais acesso ao bem-estar, seja em que nível forem as medidas a serem aplicadas. Essa é uma política de reconhecimento sobre a vulnerabilidade social em que se encontram os afrodescendentes, sujeitos a todo tipo de exclusão, não tendo acesso aos lugares de poder.

É evidente que nada se fez magicamente, foram muitos que reivindicaram isso até o Estado Brasileiro chegar a reconhecer e implementar as cotas raciais. Muitos caminharam e caminham exaustivamente nessa luta. O que não se pode é demonizar uma medida que tem como propósito diminuir as disparidades de oportunidades, de sobrevivência material e emocional entre afrodescendentes e outras etnias.

Geralmente chamamos de ações afirmativas toda e qualquer política que tem por objetivo promover o acesso (e a permanência) à educação, ao emprego e aos serviços sociais em geral de membros de grupos estigmatizados e sujeitos a preconceitos e discriminações. Essas são políticas que buscam principalmente assegurar oportunidades de recrutamento e acesso, através de tratamento preferencial ou mesmo do estabelecimento de cotas para membros deste grupo (GUIMARÃES, 2008, p.113).

Outro exemplo de ação afirmativa de grupos frágeis ou em situação de discriminação são os idosos, que têm acesso a lugares específicos para estacionar, preferência em assentos de transportes públicos, entre outros aspectos, e isso é resultado de uma sociedade evoluída. No Brasil, existia a lei do boi gordo, Decreto nº 63.788, de 12 de dezembro de 1968, que permitia reservas de vagas nas universidades para filhos de fazendeiros, e isso não era polemizado, e tal medida só foi extinta em 1988.

Relembremos que, em meados de 1884, muitos imigrantes europeus brancos estavam adentrando o Brasil com vários incentivos, com ações afirmativas para ter uma vida mais digna, enquanto a população brasileira, na sua maioria afrodescendente, permanecia relegada ao esquecimento numa pretensa alforria, que, na realidade, mostrava-se perversa, pois excluía do acesso à própria terra em que se trabalhava para deixá-la a outros estrangeiros até então.

Cabe recordar que, na época da pretensa libertação dos escravizados, a maioria deles ficou vagando sem terras e sem empregos, pois eram preteridos pelos imigrantes europeus. Caso alguns fossem mantidos nas fazendas ou casas dos antigos senhores de escravos, mantinham-se em subempregos, sem acesso à escola, a terra, entre diversos privilégios que os outros sempre tiveram como naturais, mas que eram negados aos afrodescendentes.

Em contrapartida, a conta a ser pagar por todos sempre foi alta se pensarmos em várias consequências que estas nuances variadas de racismo ocasionam. Muitos que poderiam ser cidadãos produtivos socialmente continuam o ciclo de exclusão de seus antepassados, gerando custos de assistência social, segurança pública, saúde, entre outros, que são pagos em forma de impostos por todos, sejam racistas ou não. Todos os integrantes de uma sociedade deveriam ser acolhidos como partes de uma só meta, que seria o crescimento, a valorização dos talentos, maior acesso ao bem-estar e felicidade.

[...]1869, a Assembléia Legislativa da Província de São Paulo, esteve discutindo acerca de qual etnia seria a mais adequada a ser escolhida para vir “injetar sangue novo ao nosso sangue lavado”. Uns queriam os alemães, outros os americanos racistas do Sul dos Estados Unidos (derrotados na guerra). Outros aceitavam qualquer etnia, desde que não fossem nem africanos e nem chineses (MARTINS, 1995, p. 306).

[...]

A lei nº 28, de 9 de março de 1884, propunha que estrangeiros tivessem a sua vinda para o Brasil completamente subsidiada: passagem grátis; estada em boas pensões; trabalho por parceira ou meação; lotes de terras gratuitos e empréstimos subsidiados. Para os brasileiros: nada (MARTINS, 1995, p. 307).

Entretanto, para os grupos marginalizados afrodescendentes não se pode ter ações afirmativas, é imoral, diriam alguns. Mas, especificamente, de que moral estão falando? Do governo que não oferece escola pública com bom nível para todos, ou do branco que pode pagar um cursinho conceituado, em uma escola particular para seus filhos, mesmo sendo originário da escola pública?

Mas os filhos deles não têm culpa de os pais terem dinheiro para pagar o cursinho, seria o argumento. Todavia, também não se pode negar a luta por dias melhores para os

afrodescendentes, e indaga-se: que ética é esta que permite “igual” concorrência em diferentes condições de oportunidades dos concorrentes? Não teria resultado sério um concurso onde se elege somente quem teve todas as oportunidades, em prejuízo do outro, que não teve o mesmo acesso aos meios de uma boa preparação física, alimentar, emocional e educacional. A sociedade perde no todo ao ver jovens que poderiam desenvolver seus talentos serem açambarcados por uma vida sem perspectiva de melhorias.

Para serem eticamente defensáveis, é preciso demonstrar que os atos com base no interesse pessoal são compatíveis com princípios éticos de bases mais amplas, pois a noção de ética traz consigo a ideia de alguma coisa maior que o individual. Se vou defender a minha conduta em bases éticas, não posso demonstrar apenas os benefícios que ela me traz. Devo reportar-me a um público maior (SINGER 2002, p. 28)

A questão aqui não é de quem é a culpa, e, sim, do que pode ser feito agora para que se reparem um pouco as desigualdades sociais, que coloque uma parcela do grupo dos excluídos novamente no patamar da vivência acadêmica e possibilidades de acesso aos lugares de poder e comando na sociedade, ou seja, uma força equilibrante para tentar extirpar o racismo na sociedade.

O remédio, na verdade, contra a estagnação e a deterioração moral é aprender a usar nossa linguagem de valor para o propósito para o qual foi idealizado; e isso envolve não meramente uma lição sobre falar, mas uma lição sobre fazer o que aprovamos, pois, a menos que estejamos preparados para fazer isso, ao estaremos fazendo mais do que repetir um padrão convencional sem crer nele (HARE, 1996, p. 158).

Podemos pensar no quanto perdemos de talento e benefícios para uma sociedade no todo se excluimos ou dificultamos o acesso ao estudo dos afrodescendentes, pois se verifica que os alunos cotistas são exemplos de dedicação e persistência quando têm a oportunidade de estar como discentes numa universidade. Mas ela não soluciona o problema da discriminação racial, e temos de pensar que é algo transitório, que pode ser extinto logo que essas diferenças sociais sejam equalizadas.

Uma ação afirmativa não deve ser vista como algo paternalista ou que cria dependência. Elas são ações necessárias para a correção de desigualdades. Tão logo estas desigualdades desaparecem, a adoção de ações afirmativas deixa de ser necessária (BRASIL, 2016).

Estas políticas públicas denominadas cotas raciais podem e devem ser ampliadas aos níveis de pós-graduação e doutorado, assim como para o acesso aos concursos públicos. Trata-se de reivindicações que vêm sendo adotadas por várias universidades, mas, felizmente, a Universidade Federal de Uberlândia – A UFU agora faz parte de algumas mudanças em prol do combate ao racismo estrutural e institucional, embora muito ainda tem que ser feito. Na Portaria nº13, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União, dispõe-se pela regulamentação das cotas raciais para afrodescendentes e indígenas, assim como pessoas com deficiência.

A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), do Ministério Público Federal, enviou, nesta terça-feira (4), um ofício ao Ministério da Educação pedindo esclarecimentos sobre como as universidades e institutos federais estão debatendo a criação de políticas de ação afirmativa para as vagas em cursos de pós-graduação. [...]

Um levantamento parcial feito pelo G1 mostra que, após a publicação da portaria, pelo menos sete universidades federais e a Casa Oswaldo Cruz (Fiocruz), ligada ao Ministério da Saúde, já divulgaram processos seletivos adequados à nova portaria. Embora na maioria dos casos as políticas de ação afirmativa ainda estejam limitadas a alguns dos programas de pós-graduação (principalmente na área da educação), na Universidade Federal da Bahia (UFBA), por exemplo, as cotas já foram institucionalizadas para todos os cursos (MORENO, 2017).

A necessidade de políticas afirmativas para afrodescendentes deve atingir todos os lugares e, onde houver concursos públicos, ela deve estar ali incluída, com reserva de vagas para eles. Mas é possível que quem é contra estas políticas de ações afirmativas sejam racistas, ou estão apenas tentando discutir a questão ética dessa política?

Há algo muito errado se saímos nas ruas e vemos a maioria de pessoas com traços afrodescendentes, mas, ao adentrar as repartições públicas, só observamos pessoas de pele alva. O que ocorre com essa sociedade ao se negar a discutir racionalmente os males do racismo?

O racismo coopta adeptos para manter suas estruturas de poder, ele joga uns contra os outros, mas, no momento de se obterem privilégios, o branco sai na frente sempre, ele sabe muito bem quem é branco e quem não é. Por isso, é muito comum ouvirmos afrodescendentes que também criticam os militantes dos movimentos em prol de tratamento igualitário de oportunidades e punições aos casos de racismo na nossa sociedade. Lembremos Martins (1995), ao discutir a negação da ancestralidade africana para sobreviver no sistema racista brasileiro.

Assim o pardo forro tinha que fazer o possível e impossível para não ser um pardo forro. Era preciso pensar igual os homens bons; era preciso mostrar o predomínio da metade branca sobre a metade negra que tinha, era preciso, a todo custo, anular, negar e esconder essa incômoda metade negra (MARTINS, 1995, p. 286).

O diálogo faz-se necessário se ele for respeitoso e baseado puramente em argumentos lógicos e imparciais. As ações afirmativas são essenciais, e as cotas raciais fazem parte delas, mas é apenas uma nuance de medidas para combater a discriminação racial, não podendo o debate se reduzir exclusivamente a elas. Passemos adiante sobre em que a ética pode auxiliar nessa reflexão.

3 ÉTICA E DISCRIMINAÇÃO RACIAL

A ética que discursa sobre a vida prática tenta elaborar um argumento que abranja a todos, pois, para serem eficazes, os argumentos lógicos, as premissas precisam ser aceitas por todos. Por exemplo: digamos que a sentença “não devemos fazer aos outros aquilo que não queremos que façam conosco” seja aceita universalmente como padrão ético. Vejamos, então: a) “Eu não gosto de sentir dor” é aceito por todos universalmente; b) “Os afrodescendentes também não gostam de sentir dor”; c) “Racismo causa dor”; d) “Eu não devo ser racista”. Se invertermos a posição, seria: devemos fazer aos outros aquilo que queríamos que fizessem conosco. E isso seria uma explicação bem razoável eticamente, para nos propormos a debater academicamente o racismo nas suas diversas manifestações.

Por isso, muitas vezes, a luta antirracista parece fragmentada, isolada. Mas o intuito é um só: o fim dos ataques contra as nossas vidas. O fim dos assassinatos com a negligência nos atendimentos médicos, o fim dos assassinatos da nossa história, o fim do assassinato com estereótipos, com a invisibilidade, com a marginalidade, com a falta de oportunidade, com a criminalidade. O nosso genocídio vai além das mortes físicas (CARDOSO, 2016).

Agora no século XXI, ele se mostra ainda mais cruel, pois, muitas vezes, a vítima é desacreditada na sua dor, como se ela fosse uma exagerada, que vê coisas que não existem. Em torno desses argumentos, iniciamos nosso discurso em ética e discriminação racial dos afrodescendentes. Realmente, é algo impensável que alguém queira conscientemente causar sofrimento, pois isso foge aos padrões da normalidade. No entanto, como, então, explicar que muitos ainda insistem em constranger, causar dor ao outro, tirar proveito das diferenças para humilhar, rebaixar, tirar oportunidades de crescimento dos afrodescendentes?

Aqui, relembremos a ideia de não fazer ao outro aquilo que não queremos para nós, ou seja, a regra de ouro explicada anteriormente. Quando a vítima tenta se defender, na maioria das vezes ela é ignorada, silenciada no seu direito de procurar justiça, ou essa busca esbarra no processo burocrático que a envolve. Apesar disso, os números de denúncias que chegam aos meios legais são assustadores, sem se esquecer dos casos que não são denunciados. Trata-se de alguns dos inúmeros aspectos cruéis do racismo.

[...] houve no Brasil, em três anos e meio, mais de 12.891 denúncias de episódios de discriminação racial em 18 unidades da Federação, sendo 8.741 de injúria, 3.332 de racismo e 818 não especificados. [...] Secretaria de

Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), que captou 1.676 casos de 2012 até junho de 2015 [...]

[...]tramitaram na segunda instância dos tribunais do país pelo menos 323 ações penais relacionadas à discriminação racial. Tais dados também são desconhecidos tanto pelo Executivo quanto pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Assim como nas delegacias, a maioria, 261, também era de injúria e não racismo. O número revela dois problemas graves no enfrentamento à questão: a falta sistêmica de informações e o abrandamento na classificação do crime (CHAIB; FERNANDES, 2015).

Os cidadãos comuns não têm o mesmo respaldo de artistas ou famosos que contam com a mídia a favor para denunciar, mas é sobre todas essas problemáticas de sofrimento dos afrodescendentes que este estudo reporta a descrever a fim de minorá-los no futuro. É muito importante lembrar que, quanto aos ricos e famosos, nem mesmo a fama e o dinheiro deles deixaram-nos imunes a este nefando comportamento do racista.

A dor é de todos quando se depara com a discriminação racial; é um estado de coisas muito triste, que horripila a alma dos que são humilhados, julgados, depreciados exclusivamente por terem mais melanina e a cutis mais escura. As leis e o repúdio da mídia não inibem totalmente essas ações, e são muitos casos no mundo inteiro. Se perguntarmos a qualquer afrodescendente consciente deste problema, ele certamente relatará que, em algum dia na vida, sofreu algum tipo de racismo, presenciou, ou soube pela mídia de algum episódio discriminatório envolvendo amigos ou conhecidos, famosos ou não; somente pela cor da pele, sem esquecer o racismo estrutural, que desemboca em muitas nuances, pois traz como uma das consequências a exclusão social dos afrodescendentes. São muitos casos de discriminação racial no Brasil; mas a citação de alguns casos internacionais é mais urgente aqui, para constatar que o racismo é um problema mundial, que envolvem muitos aspectos, sendo que isto justifica a hipótese que estamos debatendo sobre a essência do homem racista, ser ou não racionalmente ética.

O racismo infelizmente ainda é um crime comum no mundo e muitas celebridades são vítimas dele. Nesta semana, FKA Twigs, cantora e namorada do ator Robert Pattinson, chamou atenção ao revelar que foi vítima de comentários racistas sobre sua cor de pele que lhe “partiram o coração” [...]

OPRAH WINFREY – A apresentadora revelou em seu programa que foi impedida de fazer compras em uma loja de grife quando estava em Zurique, capital da Suíça. Segundo a apresentadora, a atendente, que não tinha ideia de que Oprah era famosa, teria afastado a bolsa que estava olhando afirmando que o produto era “muito caro para ela”.

KIM KARDASHIAN E KANYE WEST – Segundo o TMZ, Kim estava indo se encontrar com Kanye no escritório do marido quando um adolescente de 18 anos aproveitou que ela estava cercada por paparazzis para

ofendê-la chamando-a de “amante de nigger” e “vagabunda”. Kim demonstrou sua insatisfação com os comentários e chamou Kanye. O rapper então foi chamado pelo adolescente de “nigger” e resolveu fazer justiça com as próprias mãos. Testemunhas afirmam que West deu mais de 30 socos no rapaz e agora enfrenta um processo na Justiça por agressão (REVISTA MONET, 2015).

Isso vem a reafirmar que não se trata apenas de uma questão de posição social ou econômica, há, aqui, um problema muito amplo, com diretrizes diferentes em cada lugar que ele surge. Sempre são manifestações repaginadas, com requintes de crueldade, pensadas, copiadas, aplaudidas conscientemente ou não, mas perpetuadas pelos costumes de não se falar, sem se refletir sobre os casos omissos dos que não se assumem abertamente como racistas.

Como se explica um comportamento humano assim? Seria ético calar-se, como tantos outros que se calam, conformados com esse sistema de injustiças, considerando ser impossível fazer com que as pessoas mudem suas atitudes? Contudo, se avaliarmos isso, teremos a certeza de sermos coniventes com ações imorais, e o assassinato da Ética se faz logo aqui.

Quem quer que tenha passado por uma decisão ética difícil sabe que, se lhe disserem o que a sociedade pensa que ele deve fazer, isso não resolve a dificuldade. Temos de tomar as nossas próprias decisões. As crenças e os costumes no seio dos quais fomos criados podem exercer grande influência sobre nós, mas, assim que começamos a refletir sobre eles, tanto podemos optar por agir de acordo com essas crenças e esses costumes como contra eles. A perspectiva oposta – a de que a ética é sempre relativa a uma determinada sociedade – tem consequências muito improváveis (SINGER, 2013).

Somos seres dotados de razão, podemos questionar nossos atos e os de nossos amigos, familiares, conhecidos ou desconhecidos. Neste século, as notícias propagam-se rapidamente com a internet, de modo que casos de discriminação racial são frequentemente relatados em redes sociais, televisão e outros meios de comunicação.

E a mesma mídia que denuncia esses fatos, muitas vezes, também é palco de manifestações racistas, que são denunciadas e prontamente repudiadas por muitos que não aceitam esse comportamento. Infelizmente, existe o racismo que não chega às mídias, cometido por parte daqueles anônimos que relutam em denunciar devido à imensa parede de resistência dos órgãos que os atendem, à falta de testemunhas ou até mesmo à vergonha de admitir que é uma vítima desse mal, aqui denominado de falta ética.

Sim, estamos em pleno terceiro milênio, no século vinte e um e especificamente no ano de 2017, e até hoje somos obrigados a ler e ver a repercussão de casos envolvendo discriminação e racismo através das redes sociais, que são o mecanismo mais rápido e eficaz para se ‘ofender’ alguém de modo sorrateiro [...]

É positivo perceber que a luta pela igualdade racial nos meios de comunicação, que vem sendo travada com mais intensidade a partir de meados década de 90, dando retornos positivos. A visibilidade dada às discussões sobre o racismo, sem a utilização de termos para “suavizar” a expressão, e seu reconhecimento como violência pela principal emissora do país não são pouca coisa (FELIX, 2017).

Onde está o discurso de que todos são iguais? Ele não coexiste por muito tempo quando nos defrontamos com os racistas, somos diferentes mesmo, cada ser humano é único, por isso, temos inúmeras particularidades, como altura, cor da pele, cabelos, olhos, espessura óssea e inúmeras outras características que nos faz sermos reconhecidos onde quer que estejamos neste mundo, e isso é algo maravilhoso. Mas temos algo que nos faz sermos semelhantes, iguais como seres humanos, que é a nossa capacidade de pensar, refletir sobre nossas ações que causam dor ou alegrias ao outro, assim como a nós mesmos também.

Quando começamos a pensar o Racismo do ponto de vista de uma Ética universal, aceitando que é imoral causar dor ao outro, seja física ou psicológica, podemos ponderar que assim começa o raciocínio lógico filosófico sobre esta problemática. Embora, aqui, excluamos os doentes mentais, que não são senhores das suas ações, por inúmeras razões a que não vamos nos ater neste trabalho, incluímos as crianças, pois elas já podem ser ensinadas a pensar eticamente e têm capacidade de sentir dor e infligir dor ao outro.

Ademais, são, automaticamente, capazes de propagar ideias e costumes onde possam estar, então podem e devem estar nesse embate filosófico entre a razão ética ou a total falta de ética em nossa sociedade. Para isso, podemos tentar imaginar uma sociedade onde cada um aja como quiser, sem se preocupar em causar dor ao outro e, mesmo agindo assim, as pessoas não sofram nenhuma sanção, seja jurídica ou moralmente social. Esta sociedade irá se sustentar por muito tempo ou cairão em ruínas todas as suas estruturas, sem bases fortes de respeito e solidariedade entre os membros? Ela tenderá, dessa forma, ao autoextermínio.

Devemos questionar essas atitudes e pautar a Ética sobre algo maior, que abranja todos os membros da sociedade para a sua harmonia e preexistência. Temos que pensar coletivamente, abandonando o egoísmo, se quisermos sobreviver numa sociedade cada vez mais plural e diversificada como a nossa.

Na medida em que a ética é inseparável da figura do sujeito racional, voluntário, livre e responsável, tratá-lo como se fosse desprovido de razão, de vontade, de liberdade e de responsabilidade é tratá-lo como não humano, portanto tratá-lo violando sua natureza, fazendo-lhe violência nos cinco sentidos que demos a essa palavra. É sob esse aspecto, entre outros evidentemente, que o racismo é violência fundada na naturalização das diferenças e na legitimação da exclusão e do extermínio dos diferentes, postos como inferiores. O racismo é uma crença fundada em uma hierarquia entre raças. É uma doutrina baseada no direito de uma raça, tida como pura e superior, de dominar as demais, e ele é um sistema político. Então ele é uma crença, uma doutrina, e ele é um sistema político fundado na extrema hostilidade contra os que são postos leis de separação ou apartamento total, o apartheid, e de legitimação e destruição física dessas pessoas, isto é, o genocídio como inferiores levando a leis de discriminação, leis de separação ou apartamento total, o apartheid, e de legitimação e destruição física dessas pessoas, isto é, o genocídio (CHAUÍ, 2013).

Segundo Chauí (2013), realmente não se pode separar a atitude ética do ser humano racional. No entanto, até que ponto isso é aceito pelo vulgo, pois ninguém quer ser chamado de irracional por ter atitudes discriminatórias, que visa, quase sempre, a justamente imputar ao outro uma inferioridade que beira a afirmar que o outro é um ser que não tem a mesma capacidade de raciocínio que o agressor?

Mas, agora, o imbróglio se formou, a irracionalidade é dos que causam dor aos afrodescendentes? Ou é apenas um mecanismo de autopreservação inerente ao ser humano quando se depara com o diferente? Ou até isso não saberemos afirmar precisamente, pois, conforme descrito anteriormente, cada um sabe as suas motivações ao agir em determinada situação?

Contudo, o que não podemos nunca esquecer é que ninguém quer sentir dor, de forma que a dor é individual e não se pode calcular a extensão do sofrimento alheio. A discriminação racial tem dimensões de dor coletivas, abrange uma parcela significativa da população mundial, estando incluídos aí os afrodescendentes.

4 CONCLUSÃO

O reconhecimento de que a democracia racial é uma falácia reclama atitudes mais rígidas contra esses costumes enraizados na sociedade global, enfatizando um problema que atravessa oceanos e continentes, causando dor aos afrodescendentes por onde se manifesta. Apesar da existência de leis antirracismo em quase todo o mundo, o homem ainda discrimina seu semelhante por causa da pele mais escura, dificulta seu acesso a uma vida de bem-estar. Mesmo sendo um ser racional que entende que o outro sofre, ele persiste nesse comportamento.

Por outro lado, cada vez mais os afrodescendentes se organizam para protestar contra esta situação; movimentos de militância se introduzem em todas as áreas, promovendo uma reflexão e pressão para medidas eficazes contra o racismo. Este trabalho serviu como um esboço introdutório sobre como refletir acerca da discriminação racial sob um ponto de vista hipotético-racional e ético, trazendo uma luz inicial de se pensar esta problemática primeiramente na vertente individual do ser humano para se chegar a resultados maiores, de níveis nacionais, continentais, até à sociedade internacional.

Segundo a ética sugerida por Singer, podemos pensar filosoficamente sobre problemas práticos tentando encontrar soluções possíveis, de modo que isso é uma capacidade de todo homem. Nesse sentido, concluímos que, se todos pensassem realmente em adotar posturas éticas, esses problemas não existiriam. Ademais, isso também ocorreria se a universalidade da regra de ouro, explicada e citada várias vezes neste trabalho, fosse a regra de conduta irrestrita de como proceder em todas as nossas ações, haja vista que “[...] somos capazes de raciocínio, e a razão não é subordinada ao interesse pessoal” (SINGER, 2002, p. 89).

Pode ser que alguns aprendam a ser racista por diversos exemplos que veem. No entanto, a lógica é que eles, também como seres dotados de inteligência, podem escolher a não adotar essa postura mais. Para isso, é necessário que saibam que tal conduta causa dor ao outro, e, de fato, como cidadãos éticos, não queiram mais causar dor a outrem, assim como também não gostariam de senti-la.

O ser humano é muito complexo, uns mudam o comportamento exteriormente por medo de sanções impostas pela lei, mas, interiormente, pensam o mesmo de antes, prontos a manifestar seu racismo assim que a lei afrouxe as punições. E a conjugação de leis, livre estudo por todos, militância afrodescendente, políticas públicas, debates e publicações acadêmicas nesta área mostra-se a maneira mais racional de se combater essa problemática.

Porque se fala do Brasil lá fora como uma democracia racial, uma grande miscigenação, com tudo resolvido. Quando cheguei aqui pensei que veria 50% de negros protagonistas nas novelas, em cargos de liderança, nas empresas, nos desenhos animados. E não estão. E fiquei chocada, porque no Brasil as mulheres saem mais diplomadas que os homens das universidades. E por que apenas 6% das mulheres ocupam postos executivos nas empresas? Porque o ser humano vai sempre favorecer uma pessoa que se parece com ele. Então, um homem branco vai sempre favorecer outro homem branco. Se não educarmos as pessoas para enxergarem o negro como igual, a mulher como igual, a pessoa com deficiência física como igual, vamos ficar estagnados nessa condição de poucos com privilégio (LORAS apud TERTO, 2017).

Observamos, também, que não devemos confundir igualdade de oportunidades, de direito, com igualdade de fato. Somos diferentes, sim, em muitos aspectos, mas isso não nos faz sermos menos merecedores de acesso ao bem-estar e à felicidade. Podemos nos informar sobre as consequências do racismo nas instituições pesquisando e divulgando dados que provam a ausência de negros nos lugares de poder e, ao mesmo tempo, a constância deles em dados tristes que os colocam sempre em situações de risco social, necessitando de políticas públicas urgentes que os promovam a melhores qualidade de vida.

A população negra e parda tem mais dificuldade de conseguir emprego e, quando consegue, ganha salários mais baixos do que a população branca, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (ESTADÃO CONTEÚDO, 2017).

Devemos tratar as pessoas igualmente, independentemente da cor de pele, mas nunca esquecendo as particularidades que envolvem cada um em determinado lugar ou tempo. Quem sabe definir o que é discriminação racial ou racismo, suas consequências; são os que são vítimas deles, pois a dor do outro não podemos sentir. Podemos nos solidarizar, mas não podemos emitir opinião sobre quantificar, quanto a ser ou não fato de menor ou maior importância, de sequelas interiores em níveis de sofrimento moral.

Singer alerta, em sua ética, que as diferenças entre as pessoas não nos autorizam a desrespeitar os seus direitos, os seus interesses.

Só podemos rejeitar essa “hierarquia de inteligência” e esquemas fantásticos semelhantes se estivermos convencidos de que a reivindicação da igualdade não se baseia na posse de inteligência, de personalidade moral, de racionalidade ou de outros dados semelhantes. Não existe nenhuma razão logicamente imperiosa que nos force a pressupor que uma diferença de capacidade entre duas pessoas justifique uma diferença na consideração que atribuímos aos seus interesses. A igualdade é um princípio ético básico, e não uma assertiva factual (SINGER, 2002, p. 30).

Este estudo demonstrou ser um caminho para levantar mais questionamentos, sendo que algumas ideias fluíram destas pesquisas. Cremos que o objetivo principal foi alcançado, pois alguns pontos interessantes reacenderam nesta questão crítica:

- 1) A discriminação racial dos afrodescendentes ainda persiste;
- 2) Este problema causa perdas profundas nas vítimas, na potencialidade individual social que ela representa, e a sociedade perde muito com isto;
- 3) Leis punitivas, Educação, políticas afirmativas de acesso à educação e emprego, posição social não excluem os afrodescendentes de serem vítimas, pois a discriminação racial se adapta aos meios, ao contexto e ao indivíduo. No entanto, são medidas essenciais de luta, de combate;
- 4) Os afrodescendentes que estão nas mídias têm papel fundamental para as denúncias e para o apoio dos antirracistas em geral;
- 5) A Filosofia pode contribuir muito ao iniciar o debate sério sobre este problema;
- 6) O homem é um animal racional, pode repensar suas atitudes, e o meio em que ele vive pode auxiliar neste processo. Porém, a mudança de comportamento e consciência ética são individuais e internas;
- 7) A regra de ouro ainda é uma alternativa ética bastante viável para a solução de conflitos éticos, desde que aceita com uma teoria filosófica sem fundo religioso;
- 8) Este problema se apresenta cada vez mais como uma das inúmeras falhas de caráter, de vícios do ser humano;
- 9) Não existe uma solução única para todos os casos e situações, por isso a importância de todos os segmentos de militância em prol dos direitos dos afrodescendentes se unirem em favor desta causa, ou outras que promovam justiça no mundo;
- 10) Tudo pode ser questionado, mudanças são uma constante na vida humana e, este sistema que discrimina os afrodescendentes pode e deve ter um fim;
- 11) A Ética filosófica deve e pode exercer um papel fundamental para entender esta problemática;
- 12) Devemos continuar o debate filosófico sobre a discriminação racial em todos os lugares, canais de comunicação, Universidade, escolas, esportes, internet, ou qualquer lugar em que ele se apresente.

Questionar a vida, as pessoas, sempre foi papel do filósofo. A verdade não está facilmente colocada numa prateleira para acesso e aceitação de todos, ela é sempre debatida, indagada sobre sua veracidade e, para isso, o ambiente filosófico pode ter ideias razoáveis sobre a discriminação racial. Não se trata propriamente de chegarmos a uma solução exata

sobre um assunto tão polêmico, mas, certamente, o convite ao debate civilizado continua. A pretensão é contribuir para um início de conversação racional e ética, uma retomada a princípios de valorização do ser, como atores necessários de uma sociedade democrática, mais justa e solidária.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Allyne; CARVALHO, Sheila de. Ações Afirmativas no MP: sinalizações para o enfrentamento ao racismo estrutural? **Justificando – Carta Capital**, 14 jun. 2017. Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2017/06/14/acoes-afirmativas-no-mp-sinalizacoes-para-o-enfrentamento-ao-racismo-estrutural/>>. Acesso em: 14 jun. 2017.

BRASIL. Portaria Normativa nº 13, de 11 de maio de 2016 do Ministério da Educação. Dispõe sobre a indução de Ações Afirmativas na Pós-Graduação, e dá outras providências. **LEX**. Brasília.

BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Ministério dos Direitos Humanos. **O que são Ações Afirmativas**. 2016. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/assuntos/o-que-sao-acoes-afirmativas>>. Acesso em: 18 dez. 2016.

CARDOSO, Felipe. O racismo mata!. **Geledés – Instituto da Mulher Negra**, 18 ago. 2016. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/o-racismo-mata/#gs.mwQ7XUI>>. Acesso em: 04. abr. 2016.

CHAUÍ, Marilena. **Ética, Violência e Racismo, por Marilena Chauí**. Entrevista concedida ao blog Mudando Paradigmas, 9 jun. 2013. Disponível em: <<http://mudandoparadigmas.blogspot.com.br/2013/06/etica-violencia-e-racismo-por-marilena.html>>. Acesso em: 18 dez. 2016.

COLETIVO INTERVOZES. **Racismo na mídia: entre a negação e o reconhecimento**. Carta Capital, 29 jul. 2014. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/racismo-na-midia-entre-a-negacao-e-o-reconhecimento-4304.html>>. Acesso em: 18 dez. 2016.

CHAIB, Júlia; FERNANDES, Marcella. Quase 13 mil pessoas sofreram discriminação racial em três anos e meio. **Correio Braziliense**, 12 jul. 2015. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2015/07/12/internas_polbr_aeco,489910/quase-13-mil-pessoas-sofreram-discriminacao-racial-em-tres-anos-e-meio.shtml>. Acesso em: 18 dez. 2016.

ESTADÃO CONTEÚDO. IBGE: negros e pardos têm renda bem inferior aos brancos. **Jornal O Dia**, 23 fev. 2017. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/brasil/2017-02-23/ibge-negros-e-pardos-tem-renda-bem-inferior-aos-brancos.html>>. Acesso em: 18 dez. 2016.

FELIX, Geraldo. Casos de racismo no Brasil abordados pela mídia. **Jornal Correio Eletrônico**, 01 fev. 2017. Disponível em: <<http://jornalcorreioeletronico.com.br/brasil/9556/>>. Acesso em: 18 dez. 2016.

GONZALES, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Brasília, Líber Livro Editora, 2006.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. **Preconceito racial: modos, temas e tempos**. São Paulo: Cortez, 2008.

HARE, R.M. **A linguagem da Moral**. Tradução de Eduardo Pereira e Ferreira. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1996.

INSTITUTO GELEDÉS. **LEGISLAÇÃO SOBRE DISCRIMINAÇÃO RACIAL NO BRASIL**. Disponível em: <<http://racismoinstitucional.geledes.org.br/legislacao-sobre-discriminacao-racial-no-brasil/>>. Acesso em: 18 dez. 2016.

LAFER, Celso. **A Internacionalização dos Direitos Humanos: Constituição, Racismo e Relações Internacionais**, Editora Manole, 1ª ed., 2005.

MARTINS, Tarcísio José. **QUILOMBO DO CAMPO GRANDE: A História de Minas, Roubada do Povo**. São Paulo: A Gazeta Maçônica, 1995. 318 p.

MILL, John S. **Utilitarismo**. Trad. Eduardo R. Dias. Coimbra: Atlântida, 1976.
MORENO, Ana Carolina. Procuradoria pede a MEC posição sobre cotas na pós-graduação das federais. **G1**, 04 abr. 2017. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/educacao/noticia/procuradoria-pede-a-mec-posicao-sobre-cotas-na-pos-graduacao-das-federais.ghtml>> Acesso em: 05 mai. 2017.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1996

NASCIMENTO, Nadine. Falta de representatividade negra causa morte simbólica, aponta criadora do Ubuntu. **Brasil de Fato**, 22 jun. 2016. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2016/06/22/falta-de-representatividade-negra-causa-morte-simbolica-aponta-criadora-do-ubuntu/>>. Acesso em: 18 dez. 2016.

REVISTA MONET. **Celebs internacionais que foram vítimas de racismo**. 2015. Disponível em: <<http://revistamonet.globo.com/Listas/noticia/2015/08/celebs-internacionais-que-foram-vitimas-de-racismo.html>>. Acesso em: 18 dez. 2016.

RIBEIRO, Ronaldo. Peter Singer: “Ética não é só sobre o que fazemos, é também sobre o que não fazemos”. Entrevista de Peter Singer concedida a Ronaldo Ribeiro. **Revista Fórum**, 26 jul. 2013. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/frivoloeprofundo/2013/07/26/peter-singer-etica-nao-e-so-sobre-o-que-fazemos-e-tambem-sobre-o-que-nao-fazemos/>>. Acesso em: 18 dez. 2016.

SINGER, Peter. **Ética Prática**. Tradução Jeferson Luiz Camargo. 3ªed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

TERTO, Amauri. Alexandra Loras: “É preciso educar racistas com empatia e paixão”. Entrevista de Alexandra Loras concedida a Amauri Terto. **Huffpost**, 03 abr. 2017. Disponível em: <http://www.huffpostbrasil.com/2016/10/14/alexandra-loras-preciso-educar-racistas-com-empatia-e-paixao_a_21699413/>. Acesso em: 18 dez. 2016.

